

Senadora Leila Barros



Mandato

em Revista

Quinto ano
2023

Apontada como o mandato
mais transparente do DF



Expediente

Editora: Senado Federal

Edição: Felipe Linhares, João Guilherme Santana

Reportagem: Felipe Linhares, Roberto Homem
e Stefany Sales

Revisão: Beatriz Hilário, Felipe Linhares
e Roberto Homem

Projeto gráfico e diagramação: Rafael Medeiros
e Weslei Lourenço

Índice

Palavra da Senadora	4
Entrevista	6
Vozes Femininas	8
Meio Ambiente	14
Em Defesa do Esporte	19
Pelo DF	22
Atuação na Saúde	24
Segurança Pública	26
Mandato Produtivo	28
Ação pela Educação	29
Tá na Rede	31

Palavra da Senadora

O novo ano chega e estou feliz porque continuamos juntos nessa caminhada por um futuro melhor. Três princípios ficaram reverberando em minha mente nesse fim de ano e servirão como bússola para 2024. Foram eles: **UNIÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROGRESSO.**

A **UNIÃO** familiar é a base para a construção de uma sociedade mais coesa e inclusiva. Quando reforçamos os laços de amor dentro de casa, cultivamos valores essenciais, como empatia, respeito e colaboração. Estes são os alicerces para a formação de cidadãos que contribuem positivamente para a sociedade.

LEILA BARROS

Nesse mundo tão diversificado, esses valores, que começam em casa, são a chave para construir uma sociedade melhor e mais acolhedora. A família, portanto, não é apenas um porto seguro onde encontramos força e apoio, mas também um espaço de aprendizado para construir relações saudáveis e produtivas no mundo exterior. Essa transição da união familiar para a união social amplia nosso entendimento sobre o papel que cada um de nós desempenha no fortalecimento da sociedade.

Já o **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** vai além de apenas cuidar das plantas e proteger os animais. É necessário também fazer a economia se desenvolver de uma maneira que não comprometa ainda mais os nossos recursos naturais. Temos que olhar para o futuro e garantir que as gerações encontrarão os meios necessários para viver com segurança e dignidade.



Os desafios são imensos e exigem ações imediatas e efetivas. Nesse ano que passou, contribuí com o planeta atuando como relatora do projeto que regulamenta o mercado de carbono no Brasil. Certamente será uma ferramenta fundamental para que o Brasil cumpra a meta de reduzir em 53% as emissões de gases do efeito estufa. Como presidente da Comissão de Meio Ambiente, continuarei priorizando projetos voltados para o combate ao aquecimento global e a promoção de práticas sustentáveis.

No caso do Distrito Federal, é imprescindível investir no desenvolvimento das Regiões Administrativas. Isso significa gerar mais oportunidades de trabalho e melhorar a vida das pessoas, garantindo segurança, saúde e educação de qualidade para que elas possam trabalhar e desfrutar de qualidade de vida sem precisar se submeter a grandes deslocamentos no caótico trânsito da capital do país.

Por fim, mas certamente não menos importante, está o **PROGRESSO**. Esta é uma prioridade minha e do PDT. Como capital do Brasil e sede do governo federal, Brasília representa um símbolo nacional de modernidade e desenvolvimento. O progresso no DF tem implicações diretas na qualidade de vida da população e influencia na imagem do país como um todo.

Por isso, é importante gerar empregos, fomentar negócios e atrair investimentos, além de melhorar a infraestrutura e a mobilidade urbana. Mas também é imprescindível universalizar serviços de qualidade de saúde e educação, garantir a sustentabilidade ambiental e investir no desenvolvimento cultural e na preservação da identidade da nossa terra e da nossa gente.

Manterei as conversas com todos os setores da nossa sociedade, ouvindo as necessidades e prioridades dos brasilienses. Nossa jornada é coletiva e há muito a ser feito para que o povo possa ser tratado com dignidade quando precisar de um serviço público como saúde, educação e transporte público. A essência do governo é servir ao povo, e não ser servido por ele. Essa é a mentalidade que queremos resgatar aqui no DF.

Um excelente ano para todos nós



Leila Samara



Entrevista - Senadora

Leila Barros

A senhora foi relatora, no Senado, do projeto que regulamenta o mercado de carbono no Brasil. Também foi uma voz ativa nos debates da COP28. Como vê o futuro do país diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas?

Leila: Sinto um misto de preocupação e esperança. A preocupação vem da consciência dos perigos que as mudanças climáticas representam. Os desafios são enormes e exigem ações imediatas e efetivas. Mesmo assim, também sinto esperança quando vejo que o governo brasileiro está comprometido com os esforços globais, como ficou demonstrado na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Com políticas adequadas e a colaboração de todos os setores da sociedade, o Brasil pode não apenas enfrentar esses desafios, mas também se destacar como um líder em sustentabilidade e inovação.

A senadora Leila Barros tem sido uma voz influente em várias questões críticas que enfrenta o país. Ela tem pautado o seu mandato na promoção da sustentabilidade ambiental, da igualdade de gênero, de desenvolvimento social e do esporte. Nesta entrevista, ela aborda essas questões e faz um balanço de 2023.

Sente essa mesma esperança quando vislumbra o futuro de Brasília?

Leila: Não vejo o governo do Distrito Federal preparar adequadamente a capital do país para enfrentar essas novas condições ambientais. E até faço um alerta: não será do dia para a noite que a cidade vai adaptar sua infraestrutura para lidar com os extremos climáticos que já estão chegando. O governador tem que deixar de lado sua fixação em construir estradas e viadutos e começar a priorizar um sistema de mobilidade urbana sustentável com investimento em opções de transporte público eficientes e infraestrutura para escoamento e captação de águas. Também é fundamental promover a educação ambiental para aumentar a conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas, da ocupação irregular de terras e as medidas que as pessoas podem tomar para se adaptar. Isso é o mínimo que o governo já deveria ter começado a fazer.

A senhora é protagonista no debate de leis para promover a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher. Apesar dos avanços legislativos, vivemos uma epidemia de feminicídio, principalmente no DF. Como salvar a vida das mulheres?



Leila: A situação atual em relação à violência contra a mulher é alarmante e exige ação imediata. Apesar dos avanços legislativos significativos, como a criminalização do 'stalking', a luta contra a violência doméstica e o feminicídio requer uma abordagem mais abrangente. Primeiro, é crucial aumentar a conscientização sobre a violência doméstica e o feminicídio. Isso inclui programas de educação continuada em escolas, em locais de trabalho e na comunidade. Também é necessário compartilhar informações sobre os sinais de alerta e como denunciar casos de violência. É papel dos governadores também reforçar as redes de apoio existentes, incluindo abrigos e linhas de ajuda, assegurando recursos adequados para esses serviços. É vergonhoso que a capital do país ostente o desonroso título de ser a unidade da federação com o maior número de mortes de mulheres por questões de gênero.

A senhora alcançou os objetivos que pretendia para 2023?

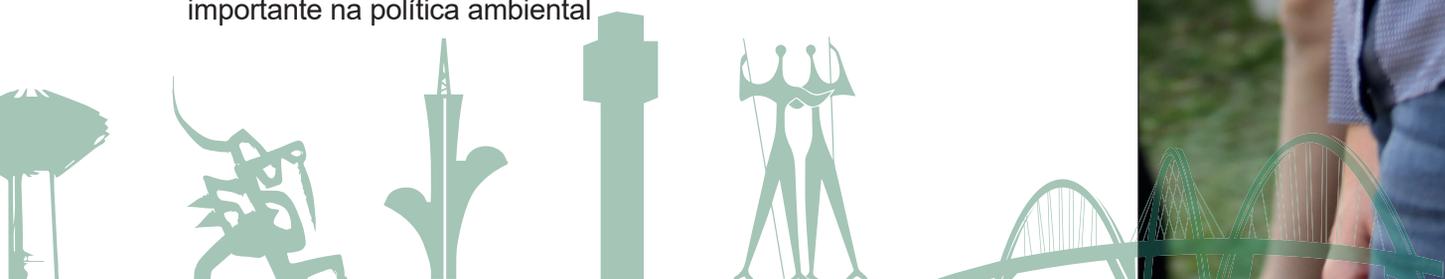
Leila: Sim, foi um ano muito produtivo e as metas foram alcançadas. Travamos uma árdua batalha para explicar a deputados e senadores a importância do Fundo Constitucional do DF para garantir o bem-estar dos brasilienses. O Senado também aprovou meu relatório sobre o projeto que regulamenta o Mercado de Carbono, o que representa um avanço importante na política ambiental

do Brasil e na luta global contra as mudanças climáticas. Também concluímos o trabalho que reformulou e ampliou o sistema de cotas no ensino público federal. Da mesma forma, ainda conseguimos, depois de 30 anos, aprovar a Reforma Tributária, que vai simplificar o atual modelo e contribuir para o crescimento do nosso país. E, por fim, outra vitória importante foi a Lei Geral do Esporte, que representa um marco na regulamentação da prática desportiva no Brasil, consolidando várias normas e regulamentos em um único texto.

Olhando para 2024, quais são suas principais metas e qual mensagem a senhora gostaria de transmitir?

Leila: A mensagem que deixo é de otimismo, compromisso e determinação. Continuarei a lutar para melhorar a vida dos brasileiros. Isso me motiva a trabalhar diariamente. Na presidência da Comissão de Meio Ambiente, seguirei priorizando projetos voltados para o combate ao aquecimento global e a promoção de práticas sustentáveis.

A luta pela igualdade de gênero e pelo fim da violência contra a mulher permanecerá como uma de minhas principais bandeiras. Além disso, continuarei cobrando do governo do Distrito Federal a melhoria dos serviços públicos, especialmente na área da saúde e da mobilidade urbana. Também mantereirei diálogo constante com os moradores do DF, ouvindo suas necessidades e prioridades.



Vozes Femininas

Leila lidera ações para preservar vidas

A violência doméstica tem crescido de forma alarmante em nossa sociedade, deixando cicatrizes invisíveis nas vítimas, que muitas vezes permanecem aprisionadas em relacionamentos tóxicos. Em 2022, foi registrado um crescimento de 5% nos casos de feminicídio no país. Foram 1.410 casos, representando a média assustadora de uma mulher assassinada a cada 6 horas, o que configura o maior registro desde a sanção da Lei de Feminicídio em 2015.

Esse crime é, geralmente, a última etapa de um ciclo de violência contra a mulher, que envolve fases de tensão, explosão e aparente reconciliação. “O machismo está enraizado na nossa sociedade. Para mudar essa cultura, é necessário um esforço conjunto da sociedade e dos políticos, parlamentares e governantes”, analisa a senadora Leila Barros.

O Brasil e o Distrito Federal vivem uma epidemia de feminicídios. A capital do país registrou o maior índice de feminicídio da sua história. Dados do governo do Distrito Federal (GDF) apontam 32 vítimas de feminicídio. Um aumento de 88% quando comparado ao ano passado.



Estes números representam vidas reais perdidas e uma clara indicação de que as medidas atuais não são suficientes! Quanto tempo mais levará para que o Governo do Distrito Federal priorize a vida da mulher brasileira?

Senadora Leila

Na avaliação dela, o cenário da violência de gênero exige uma atuação proativa do Executivo, especialmente do GDF, na implementação de políticas públicas eficazes. “Uma das linhas de frente nessa batalha crucial é a educação. É preciso criar programas educativos nas escolas, visando envolver e instruir as crianças desde cedo sobre a igualdade de gênero, o respeito mútuo e a promoção de relações não violentas. E complementar essa iniciativa com campanhas de conscientização pública”, avalia Leila.



A Casa da Mulher Brasileira (CMB) destaca-se como um símbolo de esperança e suporte para as vítimas. O comprometimento da bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional, em 2020, resultou na destinação de R\$ 3,2 milhões para a construção de três unidades da CMB. Com contratos de repasse de recursos já assinados, as obras tiveram início, neste ano, em Sobradinho II e Recanto das Emas. No entanto, a unidade planejada para Sol Nascente, uma região administrativa com altos índices de violência doméstica, ainda segue sem previsão para o início da construção.



Empoderamento para quebrar o ciclo de violência

As amarras emocionais que se desenvolvem durante o relacionamento fazem com que muitas mulheres fiquem presas em relacionamentos tóxicos, vivendo o “ciclo da violência”. A falta de suporte financeiro, o medo do estigma social e a dependência emocional são barreiras que precisam ser superadas por essas mulheres antes que elas se tornem vítimas do feminicídio.

Devido à ausência de políticas públicas eficazes de proteção às mulheres no Distrito Federal, diversas entidades e associações têm se destacado nessa função que deveria ser liderada pelo governo Ibaneis Rocha. Algumas dessas instituições são apoiadas com recursos de emendas parlamentares destinadas pela senadora Leila.

É o caso do Instituto Aprecia, que atende mulheres a partir de 16 anos em todo o DF. Com os recursos destinados por Leila, a entidade desenvolve workshops sobre prevenção à violência. Nos workshops são trabalhados temas como os tipos de violência contra a mulher; desenvolvimento do autocontrole e da consciência de que é possível evitar agressões e como se defender de situações de violência; informações sobre medidas preventivas; interação segura com mídias sociais; e autoestima e empoderamento.

“

“O curso é um verdadeiro guia de proteção e preservação da nossa integridade. Esse workshop é uma luz para mulheres que, como eu, se sentem abandonadas e têm medo de morrer apenas por sermos mulheres”, afirmou Ana Virgínia Almeida, de 28 anos.

”

Outra entidade que recebeu recursos destinados por Leila é a Ação Social Caminheiros de Antônio de Pádua (Ascap), que oferece curso de Costura Social e Formação de Terapeutas Comunitários Integrativos (TCIs) a mulheres em situação de vulnerabilidade social. As atividades auxiliam a fortalecer a saúde emocional das mulheres de Ceilândia, Pôr do Sol e Sol Nascente.

Para Ana Maria Matias da Silva, 44 anos, nascida em Taguatinga, mãe solo de quatro filhos, participar do curso básico de costura promovido pela Ascap foi a corda que a tirou do fundo do poço. “Eu estava com depressão, preocupada sobre como criar meus filhos”, disse ela, que hoje tem na costura a principal fonte de renda, em entrevista ao Correio Braziliense em abril de 2023.

“Queremos transformar a vida das pessoas, principalmente das mulheres, para que possam viver melhor”, diz a presidente da instituição, Salvelina Pereira Roldão Cabral, que comemora o resultado do curso básico de costura, o primeiro do gênero financiado com recursos públicos. Foram formadas 113 mulheres em costura básica, entre as mais de 300 inscritas, e 42 terapeutas comunitários integrativos (TCIs), garantindo a presença desses profissionais reconhecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na maioria das regiões administrativas do Distrito Federal.



Uma lei para salvar vidas

Brasil ganhou uma lei para punir o crime de perseguição

Em 2022, mais de 8,7 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de perseguição, tornando a perseguição (*stalking*) a segunda principal forma de violência contra as mulheres, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Contudo, a Lei do *Stalking* (Lei 14.132), de autoria da senadora Leila, trouxe não apenas proteção para as mulheres, mas também estendeu seus benefícios aos homens.

A prática do *stalking*, apesar de comum, só foi criminalizada no Brasil há dois anos, com a lei que incluiu a perseguição no Código Penal (CP), estabelecendo pena de dois anos de prisão e multa. Antes da sua implementação, as vítimas não possuíam respaldo legal para garantir a punição do agressor. “Agora os agressores podem ser punidos com mais rigor e, assim, quebramos um ciclo perigoso de violência que pode resultar na morte de mulheres e homens. Muitos feminicídios começam com uma perseguição, que vai aos poucos destruindo vidas e semeando o medo nas vítimas”, explica a senadora Leila.

Desvendando o *Stalking*:

Descubra se você é uma vítima.

O que é *Stalking*?

O *stalking* é o crime de perseguição. A prática criminosa consiste na perseguição frequente, seja por meios físicos ou virtuais, causando medo e levando a uma restrição da privacidade e da liberdade da vítima.

Sinais de alerta:

As vítimas do crime de perseguição geralmente modificam sua rotina e até mesmo se mudam de cidade para fugir do assédio do *stalker*. É comum que elas também tenham medo de sair de casa, alterem os horários para sair de casa, alternem a rota para chegar a algum lugar e troquem o número de telefone.

Exemplos de perseguição:

- Frequentar locais nos mesmos horários da vítima;
- Rondar a casa da vítima;
- Ligações telefônicas e mensagens insistentes;
- Envio de presentes não solicitados à vítima.

Como denunciar?

Procure uma delegacia para registrar um boletim de ocorrência de perseguição e junte provas do crime. A vítima pode guardar *prints*, números de telefone, mensagens, registros de entrada em edifícios, perfis usados pelo criminoso nas redes sociais, gravações de áudio, testemunhas e imagens de câmera de segurança. O boletim de ocorrência também pode ser registrado on-line na delegacia eletrônica de seu estado.

Apoio àqueles que precisam

Em meio aos números frios de casos de feminicídio no Brasil, existe uma realidade dolorosa e muitas vezes silenciosa: os órfãos desse crime hediondo. Crianças que, de uma hora para outra, perdem o amparo materno, enfrentando não apenas a ausência física, mas um vazio que se estende para além do horizonte da compreensão infantil.

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, somente em 2022 foram registrados 1.437 casos de feminicídio.



Apesar de não haver uma estatística oficial de órfãos do feminicídio, estima-se que, nesse mesmo ano, pelo menos 2.529 crianças e adolescentes perderam suas mães para a violência de gênero. No Distrito Federal, esse crime brutal deixou pelo menos 320 meninos e meninas sem o amparo materno.

Leila foi relatora de uma legislação pioneira para amparar os filhos e dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio. “O mínimo que o Estado pode garantir é um suporte financeiro capaz de oferecer dignidade para que os órfãos do feminicídio possam reconstruir suas vidas”, disse a senadora Leila, que foi relatora da legislação que instituiu um auxílio a esses jovens.

Aponte a
câmera do seu
celular para
o QR CODE
e saiba mais
sobre essa lei.



A ampliação dos investimentos em ações de proteção às mulheres é urgente diante da persistência de desafios relacionados à violência de gênero e à desigualdade. Desde o ano passado, pelo menos 5% do Fundo Nacional de Segurança Pública deve ser aplicado em ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

Esse investimento mínimo foi conquistado na Lei 14.316, que foi relatado pela senadora Leila Barros.

Veja o que está sendo feito com a Lei:

- Construção e reformas de casas-abrigo;
- Instalação de centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e dependentes em situação de violência;
- Reformas em delegacias especializadas;
- Financiamento de programas e campanhas nacionais de combate à violência doméstica e familiar.



A LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA CONTINUA

Em uma longa jornada contra o feminicídio e a violência de gênero, importantes avanços foram conquistados e ainda há muito a ser feito. A mais recente vitória foi alcançada na Comissão de Segurança Pública do Senado, que aprovou um projeto de Lei para aumentar a pena para quem mata uma mulher que é mãe.

O Projeto de Lei 4.230/2019, de autoria da senadora Leila Barros, altera o Código Penal Brasileiro que prevê o aumento na pena no caso de assassinato de mães com bebês de até três anos de idade. A proposta amplia a pena para os casos de feminicídio em que a vítima seja mãe ou responsável por criança ou adolescente de menor de idade, inclusive em situações em que o filho seja deficiente ou tenha necessidades especiais. A proposta agora aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça.

EM 2023, O DF REGISTROU

34 FEMINI
CÍDIOS

52 AGRESSÕES A
MULHERES
POR DIA

VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER
DENUNCIE
LIGUE 180

CMA MEIO-AMBIENTE

Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Senado avança em temas para combater as mudanças climáticas

A senadora Leila Barros marcou história ao assumir a presidência da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, tornando-se a primeira mulher a ocupar esse cargo. Sob o seu comando, o trabalho do colegiado, neste ano, abordou questões cruciais que estavam paradas na CMA, como as mudanças climáticas e o desmatamento. Foram feitos debates sobre temas e projetos com o objetivo de proteger a natureza e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico do país.

Atividades da CMA em 2023

Reuniões	47
Projetos aprovados	35
Requerimentos deliberados	60
Audiências públicas	24

Um dos principais destaques do trabalho da CMA foi o projeto que regulamenta o Mercado de Carbono, uma iniciativa que visa estimular grandes empresas poluidoras a reduzir as emissões de carbono nos seus processos de produção e financiar a transição energética do país para fontes cada vez mais limpas.

Ao reduzir essas emissões, o Brasil cumprirá a sua parte em acordos internacionais que visam reduzir a temperatura no planeta. O aquecimento global é um dos principais fatores que tem resultado no aumento significativo de desastres naturais, como enchentes e deslizamento de terra. (Entenda o Mercado de Carbono nas páginas 17 e 18).

A CMA também destravou o debate acerca da regulamentação, da produção, da importação e da comercialização de bioinsumos na

agricultura. O produto, que é utilizado como fertilizantes na atividade agropecuária, possui menos impactos ambientais em comparação aos agrotóxicos convencionais.

DESAFIOS DO DF EM EVIDÊNCIA NO SENADO

Os desafios ambientais do Distrito Federal também ganharam destaque na Comissão de Meio Ambiente do Senado. A presidente Leila Barros liderou debates sobre o ordenamento territorial e a disponibilidade de água na capital do país. A região Centro-Oeste é considerada a caixa d'água do país.

A senadora expressou sua preocupação com a falta de compromisso do Governo do Distrito Federal para combater o avanço da grilagem de terras e a especulação imobiliária na região, alertando para as consequências devastadoras dessas práticas.

“A rápida urbanização, a expansão agrícola descontrolada e a exploração indiscriminada dos recursos naturais resultaram na degradação do Cerrado, levando à perda de sua capacidade de retenção de água doce, tão essencial para nossa sociedade”, lamentou.



Rio Melchior em perigo: Leila investiga denúncias de **POLUIÇÃO**

A presidente da Comissão de Meio Ambiente também visitou o Rio Melchior, em Ceilândia e Samambaia, para apurar denúncias de poluição que afetam diretamente a saúde dos moradores da região. A senadora coletou informações, ouviu os relatos dos residentes e reuniu dados técnicos para uma avaliação precisa da situação. Especialistas afirmaram à senadora que a falta de água encanada e esgoto adequado na região, juntamente com a dependência de poços artesianos, aumentam a exposição à poluição.

A poluição no Rio Melchior não apenas prejudica a saúde da população local, mas também ameaça o abastecimento de água para mais de 1,3 milhão de moradores do DF e do Entorno. Leila pretende levar esse debate para audiências públicas na Comissão de Meio Ambiente do Senado em 2024, destacando a importância de ações imediatas para preservar não apenas o Rio Melchior, mas também a saúde e bem-estar da população local.



Cerrado, Caatinga e Pampa como Patrimônio Nacional

Em uma ação conjunta entre a senadora Leila e os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Otto Alencar (PSD-BA), o Congresso Nacional analisa uma proposta que visa incluir os biomas Cerrado, Caatinga e Pampa como patrimônio nacional. A iniciativa destaca a importância desses ecossistemas como verdadeiros tesouros, abrigando uma diversidade incrível de espécies e ecossistemas. Dessa maneira, obriga-se a formulação de leis e políticas públicas que regulamentem a utilização desses biomas de forma sustentável. “Ao conceder a esses biomas o mesmo tratamento já dado à Mata Atlântica e ao Pantanal, estaremos garantindo a sua preservação para as futuras gerações”, ressaltou a senadora brasileira.

Brasil em **ALERTA** com os desastres naturais

O Brasil observa uma alarmante escalada de desastres naturais, agravada pelas transformações climáticas, como os tornados no Sul do país, os incêndios florestais devastadores no Pantanal, secas intensas na Amazônia e as inundações no Sudeste e Nordeste. Um levantamento da Confederação Nacional dos Municípios revelou que 5,8 milhões de brasileiros foram diretamente afetados pelo impacto das chuvas e das secas em 2023. A estimativa também indica que apenas neste ano o Brasil já sofreu prejuízos de R\$ 50,5 bilhões.

Diante desse cenário crítico, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou um projeto de lei que busca ampliar os instrumentos de prevenção de desastres e recuperação de áreas atingidas. O PL 2.012/2022 também busca intensificar as ações de monitoramento de riscos e a produção de alertas antecipados.



Recursos para calamidades

O Senado aprovou, neste ano, um projeto de autoria da senadora Leila para desburocratizar a liberação de recursos para socorrer as vítimas e atender as demandas de estados e municípios. O PLP 257/2019 foi enviado para análise da Câmara dos Deputados. O texto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares destinados às ações de proteção e gestão de riscos e desastres, sem precisar de autorização do Congresso Nacional.

Mais proteção e segurança

Planalto sanciona Lei para proteger população atingida por barragens.

Após 40 anos de espera, o Brasil agora tem uma Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Este marco legal estabelece direitos e proteções para as comunidades que vivem próximas a barragens de rejeitos de mineração e reservatórios de água para hidrelétricas e determina medidas para reparação de danos em casos de rompimentos dessas estruturas, provocando impactos ambientais incalculáveis.

A legislação, que teve origem na Câmara dos Deputados, foi aprimorada pela senadora Leila Barros (PDT-DF) no Senado, onde atuou como relatora.

A PNAB visa compensar e reparar os danos causados às populações afetadas por barragens, abrangendo perdas materiais, danos à propriedade, prejuízos financeiros e a perda de fontes de renda.

Em 2020, o trabalho de Leila na proteção do meio ambiente e na preservação de vidas também resultou na sanção de uma lei. Após o rompimento da Barragem de Brumadinho, a parlamentar do Distrito Federal apresentou uma proposição para atualizar a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). A legislação promoveu uma série de mudanças, dentre elas: proíbe o método empregado na construção das barragens que romperam em Mariana e (2015) e Brumadinho (2019) e prevê multas administrativas de até R\$ 1 bilhão para as empresas que descumprirem as normas de segurança. Além disso, o infrator pode sofrer penalidades que vão de advertência até perda dos direitos de exploração mineral ou de benefícios fiscais concedidos.

Ficou interessado nessa lei?

Aponte a Câmera do seu celular para o QR CODE e saiba mais:



Planeta Quente X Mercado de Carbono

Brasil avança para unir-se a países que buscam reduzir temperatura da Terra

O ano de 2023 foi marcado por recordes consecutivos de calor. As marcas foram quebradas a partir de junho. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), este foi o ano mais quente do planeta e tende a ser superado em 2024. Os principais motivos, afirmam os **cientistas, são as emissões de gases** com efeito estufa (GEE), que vêm da atividade humana, combinadas com o fenômeno *El Niño*, que aquece as águas do Pacífico.

Uma das alternativas para reduzir a emissão dos gases é criar incentivo para que grandes empresas poluidoras promovam medidas mais sustentáveis nas suas linhas



de produção. É o caso do projeto de Lei que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), **construído pela senadora Leila Barros**, presidente da Comissão de Meio Ambiente e relatora do projeto.

A iniciativa faz parte dos esforços do governo brasileiro para se adequar às diretrizes do Acordo de Paris e para se posicionar como protagonista na busca por soluções inovadoras e sustentáveis para reduzir as emissões e retirar da atmosfera os gases do efeito estufa.

“O Brasil possui um grande potencial para assumir um papel de liderança no mercado de redução de emissões de gases do efeito estufa. Temos uma vasta cobertura de vegetação, rica biodiversidade e matriz energética limpa e baseada em fontes renováveis”, afirmou.



Quem se enquadra no Mercado de Carbono?

As regras do mercado regulado de carbono valem para empresas que emitem acima de 10 mil toneladas de gases do efeito estufa. Essas companhias terão de, anualmente, apresentar ao órgão gestor do SBCE um plano de monitoramento e relato de emissões e remoções de gases de efeito estufa. Já as instalações que emitem mais de 25 mil toneladas de gases do efeito estufa por ano, além de atender a todos os regramentos anteriores, vão receber uma cota que estabelecerá um limite para emissão de GEE na sua linha de produção. Se, ao final do período medido, a instalação extrapolar esse limite ela terá de buscar cota excedente de outra instalação que emitiu quantidade menor que a sua cota de GEE e/ou adquirir créditos de carbono reconhecidos no SBCE.

Em quanto tempo o mercado regulamentado estará funcionando?

O Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões deverá ser implementado em fases. A previsão é de que todo sistema deverá estar regulamentado e em pleno funcionamento até seis anos após a sanção da Lei.

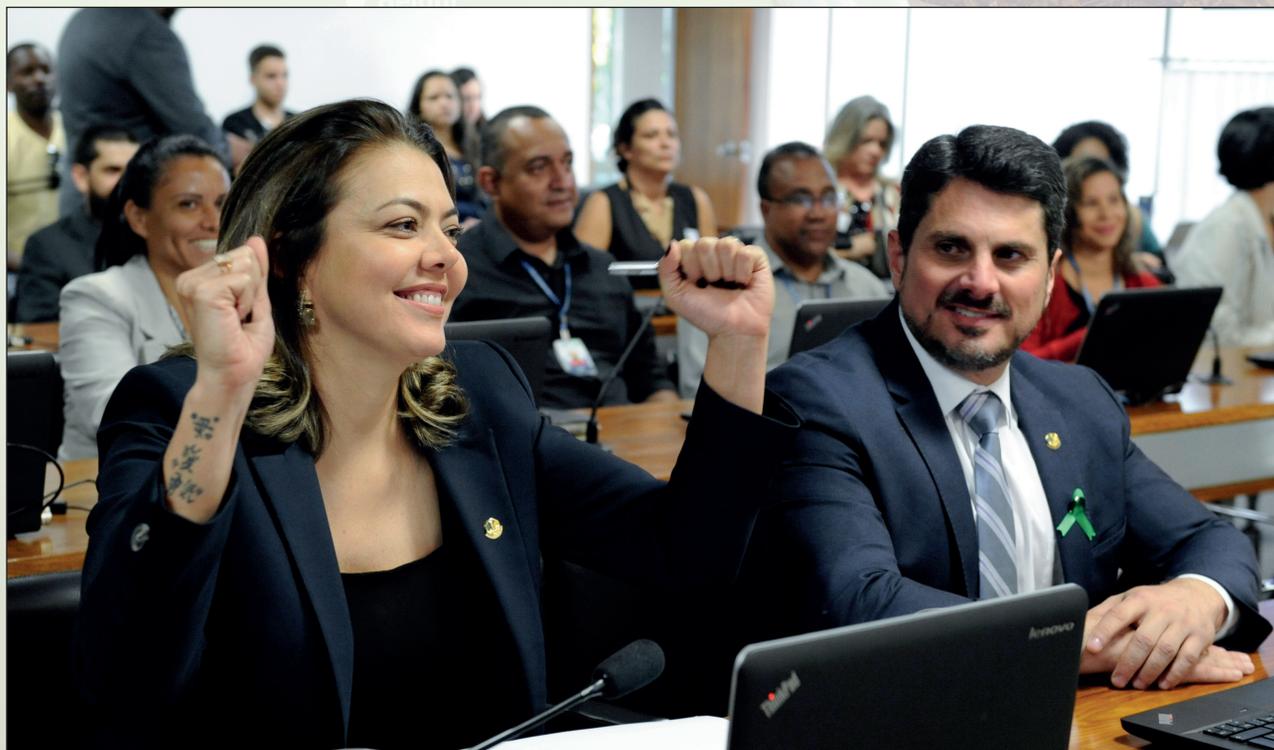
O que ocorre com quem não cumprir as regras do mercado?

O SBCE contará com um sistema de apuração de infrações. O órgão gestor do SBCE deverá instaurar processo administrativo, assegurando direito à ampla defesa e contraditório, com prazo de 30 dias.

Infrações e Penalidades

O projeto também estabelece penalidades para as instalações que infringirem as regras aplicáveis ao SBCE. Algumas das punições previstas são advertência, multa, embargo de atividade, suspensão parcial ou total de atividade e restrição de direitos (suspensão de registro, perda de benefícios fiscais, proibição de contratar com a administração pública).

Saiba mais sobre o
Mercado de Carbono
QR CODE:

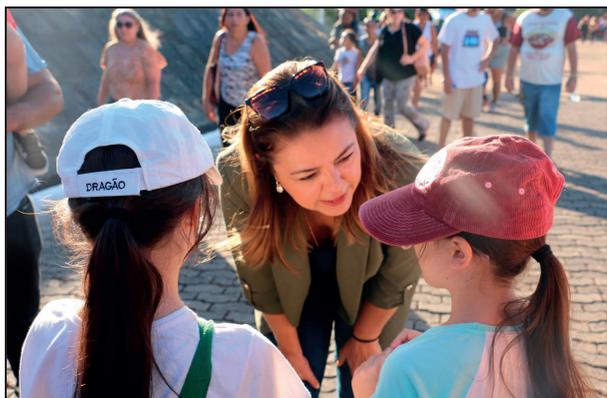


DEFESA do esporte

Transformando vidas por meio do Esporte

No Distrito Federal, projetos sociais que oferecem atividades físicas têm surgido como alternativas na formação pessoal, promoção da saúde, distração e geração de oportunidades para os brasilienses. Mais do que simples programas de exercícios, essas iniciativas vêm preenchendo uma lacuna deixada pela ausência de ações do governo do Distrito Federal.

O projeto Camisa 10, promovido pelo Instituto Bom Samaritano, na Estrutural, é um desses exemplos. Além de promover o condicionamento físico, o trabalho desenvolvido visa a formação pessoal. Ao integrar valores como trabalho em equipe, resiliência e disciplina, as atividades moldam o caráter de 240 jovens, entre seis e 17 anos, que são atendidos pela iniciativa.



Eles participam de aulas de futsal que são custeadas com recursos das emendas parlamentares destinadas pela senadora Leila.

Quando o Raylson Batista, de 13 anos, entrou nas aulas de futsal, o projeto não contava com o apoio da senadora Leila. “A gente usava bolas velhas, não tinha um uniforme e jogava descalço. Agora temos materiais novos e o mínimo para poder apoiar grandes revelações”, avaliou o jovem atleta.



Viviane Souza é mãe de um dos jovens atendidos no projeto. Ela conta que os momentos de descontração e alegria das aulas reforçam os laços sociais e melhoram a qualidade de vida dos pequenos.

“Fico feliz que meu filho esteja tendo essa oportunidade. Não tenho condições de pagar uma atividade tão legal para afastá-lo das ruas. Saber que tem gente olhando para os nossos filhos é muito bom”, disse.

Em comunidades onde as opções de lazer são limitadas, atividades físicas promovidas por essas organizações proporcionam uma válvula de escape para os jovens. “O nosso objetivo é afastá-los o máximo possível do tempo ocioso e da má influência que existe aqui na cidade”, afirmou Joales Reis, idealizador do projeto. “A senadora Leila, como ex-atleta, sabe da importância do esporte na vida de cada criança inscrita no projeto.”



Investimento no esporte de Brasília

Desde que Leila deixou as quadras para trabalhar na política brasiliense, o esporte na capital vem se desenvolvendo. Em 2015, ela assumiu a Secretaria de Esporte e Lazer do DF. Com criatividade e parcerias com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, a pasta venceu as dificuldades impostas pela escassez de recursos.

Como secretária, dentre inúmeras iniciativas, Leila lançou o programa Esporte nas Férias, que abriu os Centros Olímpicos e Paralímpicos (COPs) para crianças, adolescentes e pessoas com deficiência praticarem esportes e se integrarem às atividades gratuitamente. O COP de Planaltina também saiu do papel na gestão dela como secretária. O espaço atende mais de 3.700 pessoas com atividades esportivas de forma gratuita.

No Senado, ela segue apoiando os atletas brasilienses. A parlamentar destinou mais de R\$ 32,7 milhões para projetos esportivos, competições e obras em equipamentos públicos da cidade destinados à prática esportiva. A senadora Leila garantiu os recursos para construção do ginásio poliesportivo de Samambaia. Serão R\$ 10 milhões destinados para as obras que também incluem a reforma da quadra.

Foi também com o apoio de Leila que dois grandes torneios entraram no calendário esportivo do DF em 2023. O tradicional Torneio Arimateia de Futsal, que ficou três anos parado, fez uma homenagem especial à senadora, batizando o troféu do campeão com nome dela.

“Eu saí do esporte, mas ele não sai de mim. É uma grande satisfação apoiar torneios esportivos pela cidade. O esporte não apenas promove saúde e entretenimento, mas também desencadeia transformações significativas em vidas”, afirmou a senadora.

Outro marco histórico estabelecido foi a realização do Campeonato Brasiliense de Handebol, que, pela primeira vez em 30 anos, contou com o apoio de recursos públicos. Este feito emblemático representa não apenas uma conquista para a modalidade em si, mas também um impulso para o desenvolvimento esportivo e social de 850 meninos e meninas, com idades entre 12 e 17 anos.

Conquistas que fazem a diferença

Os primeiros cinco anos de atuação da senadora Leila no Poder Legislativo foram dedicados à discussão, elaboração e aprovação de projetos voltados para o esporte brasileiro. As proposições trabalhadas por ela abrangem toda cadeia esportiva, promovendo mudanças desde o desporto escolar até o esporte de alto rendimento.

O grande marco do legado construído por Leila foi conquistado em 2023, com a sanção da Lei Geral do Esporte (LGE), que representa um avanço para o cenário esportivo nacional e reflete os esforços da parlamentar em ouvir opiniões diversas para construir consensos.

A nova legislação estabelece o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), unifica normas do setor, reconhece o esporte como atividade de alto interesse social e estabelece princípios de transparência financeira, moralidade na gestão e responsabilidade social para dirigentes esportivos. Destaca-se ainda na legislação a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos, que coletará e interpretará dados, determinando parâmetros para medir a eficiência da atividade esportiva.

Aponte sua câmera
para o QR Code e
Saiba mais sobre a LGE



Pagamento de dívidas

O mandato de Leila Barros também foi marcado pela sanção da Lei 14.073, que permite que entidades esportivas não vinculadas ao futebol utilizem até 20% dos recursos recebidos da loteria para quitar débitos antigos com a União. Essa medida fortalece o setor esportivo ao possibilitar o pagamento de dívidas pendentes e garante o retorno de um recurso que estava “perdido” para os cofres públicos.

Como exemplo concreto desse avanço, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) fechou um acordo com a Receita Federal para quitar mais de R\$ 72 milhões em dívidas antigas da Confederação Brasileira de Vela e Motor (CBVM), garantindo a regularidade financeira da entidade. O débito será pago em parcelas mensais, garantindo a continuidade das atividades regulares do COB.

Pelo DF

As longas filas que assolam as unidades de saúde do Distrito Federal, a luta por dignidade para quem busca serviços da rede de assistência social, a escassez de medicamentos, o transporte público ineficiente e as escolas superlotadas são alguns dos problemas enfrentados diariamente pelos brasilienses. Ano após ano, a qualidade na prestação de serviços públicos na capital tem caído. É com esse cenário desafiador que a senadora Leila Barros tem trabalhado para melhorar a vida de quem mora nas 35 regiões administrativas do DF.

Além de levar os problemas da capital da República para debates nas comissões temáticas e no Plenário do Senado, a primeira senadora brasiliense tem votado projetos para defender o DF e destinou cerca de R\$ 310 milhões em emendas parlamentares para realização de obras, aquisição de equipamentos escolares e de saúde, apoio a projetos sociais, viabilização de competições esportivas do DF, dentre outras finalidades.

Parte desses recursos, R\$ 38,4 milhões serão investidos em obras estruturais nas vias públicas do Distrito Federal. Com o montante, que será destinado ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), será feita a restauração do asfalto da Estrada Parque Guará, do trecho de acesso ao Aeroporto ao balão do Guará II, em ambos os sentidos. Essa iniciativa busca não apenas corrigir desgastes existentes, mas também proporcionar vias mais seguras e eficientes para os motoristas e pedestres que circulam por essa importante rodovia.

O acesso a São Sebastião e ao Jardim Mangueiral também passará por obras feitas com os recursos indicados por Leila. O DER vai fazer melhorias visando otimizar o tráfego, reduzir congestionamentos e, conseqüentemente, proporcionar uma locomoção mais eficiente para os moradores da região, estimulando o desenvolvimento econômico e social.

O DER também vai implantar passarelas de pedestres em diversas rodovias do Distrito

Federal. As estruturas serão instaladas no Varjão, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, SIA, Guará e Park Way, promovendo maior segurança aos pedestres.

Ao priorizar tais investimentos, a senadora Leila não apenas atende às necessidades imediatas de infraestrutura, mas também demonstra um compromisso sólido com o bem-estar e a segurança dos cidadãos.

Construindo pontes

Visando atender as demandas das 35 regiões administrativas do Distrito Federal, Leila dedicou parte dos esforços em 2023 para estender as bases de atuação do Partido Democrático Trabalhista do Distrito Federal (PDT-DF). A parlamentar assumiu a presidência do diretório regional e iniciou o processo de estreitar os laços com os brasilienses. Leila inaugurou escritórios do partido que funcionarão como uma ponte entre o mandato e os moradores de Santa Maria, Gama, Guará, Estrutural, Itapoã, Paranoá, Samambaia e Recanto das Emas.

“O DF que queremos será construído com diálogo permanente com os brasilienses, e com coragem para implementar as mudanças que são necessárias,

Leila.”

Esse trabalho, que continuará em expansão, será integrado ao projeto de construção de um novo projeto político para o Distrito Federal, que terá como foco melhorar a vida das pessoas. Para alcançar tal objetivo, Leila chamou parlamentares de partidos progressistas para se unirem em torno da construção de um novo projeto político para o Distrito Federal. “O sucesso reside na colaboração, na valorização das pessoas e na coragem para superar desafios. Com humildade para ouvir e entender, o PDT busca construir consensos e pontes, almejando chegar até a ponta, transformando o Distrito Federal em um lugar melhor para se viver, disse Leila.





Mais recursos para o DF

A maneira mais rápida de um parlamentar contribuir para melhorias no dia a dia da população é com a destinação de recursos do orçamento da União para obras, programas e ações nos estados e municípios. Anualmente, o governo federal precisa elaborar um projeto de lei orçamentária para determinar os investimentos que serão feitos no ano seguinte com os recursos arrecadados dos

impostos. Para que o processo seja mais transparente, o orçamento é apresentado ao Congresso Nacional, que analisa o projeto e define se aprova ou não a proposta do governo. Como deputados e senadores conhecem melhor a realidade e as necessidades nos seus estados e municípios, cabe a eles fazer a indicação para o investimento dos recursos do orçamento.

Veja onde Leila tem aplicado recursos no DF

Saúde	R\$	187.296.337,00
Educação	R\$	47.290.833,50
Infraestrutura e Desenv. Urbano	R\$	40.545.175,00
Assistência Social	R\$	23.144.742,00
Esporte	R\$	32.715.124,00
Cultura	R\$	8.876.305,00
Mulheres e Direitos Humanos	R\$	8.715.924,00
Segurança Pública e Defesa	R\$	5.735.000,00
Agricultura	R\$	3.750.000,00
Meio Ambiente e Reciclagem	R\$	2.497.385,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$	799.564,00
Total	R\$	361.366.389,50

Atuação na Saúde



De acordo com um levantamento do Observatório de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), a saúde pública é o serviço com a pior avaliação pelo morador da capital da República. Uma das formas mais ágeis de mudar esse cenário é a destinação de emendas parlamentares. Leila é uma das parlamentares que mais tem destinado recursos para unidades e hospitais públicos do Distrito Federal. Foram, no total, R\$ 120 milhões para melhorias no atendimento à sociedade.

Os recursos têm mudado a vida de pessoas como Francisco Arruda Queiros, de 54 anos. Ele é paciente do setor de nefrologia do Hospital de Base, que é a maior unidade de atendimento da capital. Desde que descobriu um câncer, ele precisa passar por sessões de hemodiálise para filtrar o sangue e ajudar a combater a doença. “Sem a hemodiálise, a gente não consegue vencer essa doença. A nossa vida depende dessa máquina. A senadora Leila fez uma grande ação que permite que a gente continue sonhando com a chance de sair daqui curado”, disse Francisco ao agradecer a parlamentar pela indicação dos recursos para aquisição de 34 novos aparelhos de hemodiálise.

As máquinas substituíram aparelhos obsoletos, proporcionando maior eficiência no atendimento a pacientes com doenças crônicas nos rins. Cristhiane Gico, chefe da Unidade de Nefrologia do hospital, destacou que o aumento na capacidade de atendimento resultou em 1.440 diálises de enfermaria e 800 diálises de UTI por mês, totalizando 2.224 diálises mensais, representando um aumento de 1.744 diálises por mês.

Senadora Leila faz investimentos para transformar a Saúde Pública no DF

A senadora Leila enfatizou a importância desses investimentos. “O dinheiro público, quando bem aplicado, traz melhorias para a população. Fico feliz em poder contribuir com a chegada do maquinário que irá salvar vidas daqueles que sofrem com doenças crônicas e dependem diretamente do SUS.”

Além dos equipamentos de hemodiálise, o ambulatório de Dor Crônica do Hospital de Dor Crônica do Hospital foi contemplado com dois novos aparelhos de ultrassom portáteis. Esses equipamentos modernos reforçam o compromisso da senadora com a melhoria contínua dos serviços de saúde.

Na busca por melhorias concretas no sistema de saúde, a senadora também destinou recursos para compra de três tomógrafos que serão instalados nos hospitais regionais de Ceilândia e da Asa Norte e no Hospital de Base, que correspondem a grande parte dos atendimentos na capital. O exame feito por esse equipamento, que custa R\$ 3 milhões, é capaz de identificar problemas como: nódulos, tumores, doenças infecciosas, acidentes vasculares, problemas no sistema nervoso central, problemas na coluna, no tórax, no abdômen e em muitas outras partes do corpo. É uma máquina essencial para que o médico consiga identificar o tratamento adequado para o paciente.

Novas unidades em São Sebastião e Santa Maria

Duas antigas demandas da população brasiliense estão perto de sair do papel para se tornar realidade: o Hospital Regional de São Sebastião (HSS) e a construção da mais uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em Santa Maria. As regiões administrativas estão crescendo a cada ano e os moradores precisam fazer grandes deslocamentos e enfrentar longas filas em busca de atendimento na rede pública de saúde.



Para o HSS, Leila contribuiu com a indicação de R\$ 10 milhões para as obras que devem ser entregues em 2026. Com 100 leitos, sendo 60 de clínica médica, o novo hospital será uma retaguarda para as 13 unidades de pronto atendimento (UPAs) do Distrito Federal. O hospital será uma unidade de alta performance, capaz de realizar transplantes, neurocirurgias e cuidados neonatais de alta complexidade.

A senadora brasiliense anunciou um acordo firmado com a Secretaria de Saúde do DF para construção da UBS de Santa Maria. O projeto, que estava temporariamente paralisado devido a questões burocráticas, está em andamento. As UBSs funcionam como ponto de entrada para o Sistema Único de Saúde, oferecendo atendimento médico e assistência de enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas e outros profissionais de saúde.

Após uma reunião entre a senadora e a secretária de Saúde, Lucilene Florêncio, a primeira senadora eleita pelo Distrito Federal

anunciou o acordo nas redes sociais.

“É uma excelente notícia para todos os moradores de Santa Maria. Estamos dando um passo significativo na melhoria dos serviços de saúde do Distrito Federal, assegurando que todos tenham acesso a cuidados médicos de qualidade”, disse a parlamentar.

Decisiva na pandemia

Durante o momento mais grave da história de nossa geração, o Congresso Nacional brasileiro precisou agir para modificar inúmeras leis para garantir a continuidade de políticas públicas no Brasil. Uma delas foi a Lei 14.189/2021, de autoria da senadora Leila, que permitiu a continuidade da prestação de serviços de instituições filantrópicas ao Sistema Único de Saúde durante a pandemia da covid-19. É o caso, por exemplo, do Hospital da Criança de Brasília, que promove 400 mil atendimentos por ano no Distrito Federal.

A legislação dispensou essas entidades de cumprir metas quantitativas e qualitativas previstas em contrato para continuar tendo direito a benefícios fiscais. Durante a crise sanitária, consultas, procedimentos eletivos, exames complementares e várias outras intervenções de saúde foram adiadas, impedindo o cumprimento do acordo firmado com o SUS. A senadora Leila ainda remanejou R\$ 1,8 milhão das emendas parlamentares para o enfrentamento da doença.



Segurança Pública

APÓS TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO, RECURSOS DO DF PARA SEGURANÇA FORAM AMEAÇADOS.

Não é raro que, ano após ano, lideranças tentem reduzir os recursos que a União repassa ao Distrito Federal para organizar e manter a área de Segurança Pública, bem como para ajudar nas despesas de Educação e Saúde. Todas as tentativas foram frustradas e sequer chegaram a ser votadas. No entanto, em 2023 os recursos estiveram ameaçados após a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro, quando vândalos invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes da República.

A reação de parte da classe política foi sugerir uma mudança nas bases de cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), uma verba criada na Constituição Federal de 1988 para ressarcir os elevados custos que a capital tem com a segurança. Como vice-líder do governo no Congresso Nacional e representante do DF no Senado, a senadora Leila liderou a articulação que impediu corte nos investimentos.

Foram diversas reuniões, dentre elas encontros com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e com os relatores da proposição que criava uma regra para o crescimento das contas públicas, dentre elas o FCDF. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, ausentou-se das primeiras reuniões e sequer procurou as lideranças políticas no Congresso Nacional para tratar dos impactos que a medida traria para os brasilienses.

Uma primeira versão do texto para reduzir recursos do DF foi aprovada na Câmara dos Deputados.

As mudanças retirariam aproximadamente R\$ 88 bilhões em dez anos dos cofres da capital.

No Senado, Leila conversou com parlamentares para mostrar os custos que o DF tem por ser a capital do DF, tanto na segurança pública quanto na saúde e na educação, áreas que são altamente demandadas por pessoas que residem nos municípios do Entorno. “Reduzir os recursos do Fundo Constitucional promoveria uma queda brusca na qualidade de vida dos brasilienses e seria um risco para a própria União”, argumentou Leila.

Antes de o texto ser votado no Senado, Leila também articulou com o presidente do Senado um encontro com os ex-governadores do Distrito Federal para debater a importância

do FCDF. Durante o encontro, a senadora Leila destacou que Brasília foi criada para ser uma cidade administrativa e cumpre o seu papel de abrigar órgãos diplomáticos e os três Poderes da República.

Leila ainda conseguiu o apoio do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador

Vanderlan Cardoso (PSD-GO), e do relator do arcabouço fiscal no Senado, senador Omar Aziz (PSD-AM), que acatou uma emenda dela para preservar os recursos do Fundo Constitucional do DF. O texto foi aprovado na CAE e no Plenário do Senado. Com as alterações, a medida retornou para análise da Câmara dos Deputados, que confirmou a manutenção das bases de cálculo do FCDF.

Uma grande conquista para bombeiros e policiais civis e militares do Distrito Federal foi alcançada em 2023 com a recomposição



APÓS ANOS DE ESPERA, FORÇAS DE SEGURANÇA DO DF TÊM SALÁRIO REAJUSTADO

salarial aprovada pelo Congresso Nacional. A longa jornada de espera terminou após um acordo costurado pela senadora Leila Barros com o governo federal e as corporações das forças de segurança da capital. O reajuste concedido foi de 18%, sendo dividido em duas parcelas iguais.

A senadora Leila comemorou a aprovação e enfatizou que os policiais civis, policiais militares e bombeiros do Distrito Federal lutavam há anos por essa recomposição salarial. “Vários governos passaram e nada foi resolvido. O governo Lula chegou e priorizou esse assunto, construindo o acordo em apenas quatro meses. Encerramos um longo período de reivindicações dessas categorias pelo reconhecimento de seus serviços prestados aos brasilienses e à União.”

Junto com a sanção da lei que garantiu a recomposição salarial, a Presidência da República anunciou o veto ao reajuste do auxílio-moradia dos bombeiros e policiais militares. Isso porque, em março de 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou uma irregularidade no benefício, que foi reajustado por decreto distrital desde 2014. No entendimento da corte de contas, essa remuneração só poderia ser alterada por uma Lei Federal.

Tem recado para você!

Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE.



A solução legislativa encontrada para resolver o impasse momentaneamente também nasceu no gabinete da senadora Leila Barros, que negociou uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 para permitir o reajuste e o pagamento do auxílio-moradia pelo FCDF. Leila comemorou o feito que soluciona um impasse apontado pelo TCU questionando o pagamento do benefício.

Avança processo de regulamentação da Polícia Penal do DF

O Ministério da Justiça e Segurança Pública liberou o processo que dá sequência à regulamentação da Polícia Penal do Distrito Federal. A notícia foi confirmada pela senadora Leila Barros, que recebeu o informe da pasta em dezembro. Agora o processo será analisado pelo Ministério da Gestão e da Inovação e, na sequência, será enviado para o Ministério do Planejamento e de lá para Casa Civil para posterior encaminhamento pela Presidência da República do projeto de Lei ao Congresso Nacional.

“O projeto é um ato de reconhecimento aos policiais penais do DF. A regulamentação da carreira trará diversos benefícios para a segurança pública da capital”, afirmou Leila. A regulamentação da carreira de policial penal do DF atende aos critérios da Emenda Constitucional 104, que transformou os cargos dos agentes penitenciários em policiais penais.

No Distrito Federal, embora fique subordinada ao governador, a polícia penal será custeada com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Por se tratar de verbas da União, depende de Lei Federal. Atualmente, o DF conta com o efetivo de aproximadamente 1.700 policiais penais e a população carcerária está em torno de 18 mil pessoas.



Mandato Produtivo

Leila encerra 2023 com premiações e alta produção legislativa

O mandato da senadora Leila Barros foi destaque em diversos *rankings* de avaliação da atividade parlamentar. O Prêmio Congresso em Foco, a principal premiação da política brasileira, agraciou a parlamentar em duas categorias. Um júri especializado escolheu os vencedores da categoria Defesa do Clima e da Sustentabilidade. A outra honraria concedida à senadora brasiliense foi concedida pelo voto popular, que elegeu os Melhores do Centro-Oeste.



Leila também foi apontada como uma das senadoras mais transparentes. O Radar do Congresso classificou o trabalho dela como o mais transparente entre os 11 parlamentares da bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional e o segundo entre todos os 81 senadores. Já o *ranking* Elite Parlamentar, da ArkoAdvice, classificou Leila como uma Liderança Formal do Congresso Nacional.



“

O reconhecimento é a recompensa mais valiosa pelo trabalho bem-feito. É uma validação do nosso compromisso com a transparência e o bem-estar da população. Este prêmio não é apenas uma conquista pessoal, mas um reconhecimento a toda minha equipe, que trabalha incansavelmente para alcançar resultados significativos”, agradeceu Leila.

”

A parlamentar esteve presente em 97% das sessões deliberativas em 2023, tendo participado da votação de 353 proposições legislativas no Plenário do Senado. Ao longo do ano, Leila integrou 35 frentes parlamentares, cinco grupos de cooperação internacional, sete comissões temáticas do Senado, três comissões mistas e foi membro da representação brasileira no Parlamento do Mercosul.



Autora de 111 propostas

- 16 aprovadas pelo Senado;
- 13 em análise na Câmara dos Deputados;
- Autora de 4 leis já em vigor;
- Relatora de 17 leis.

Ação pela Educação

Desbravando caminhos: o desafio da educação no DF

Anualmente, a imprensa do Distrito Federal destaca histórias de luta e superação envolvendo alunos, pais e professores que encaram obstáculos para chegar às escolas rurais da capital da República. Um dos desafios mais recorrentes é a condição das estradas não asfaltadas, que se tornam verdadeiros empecilhos para o acesso à educação. Apesar de o problema ser recorrente, o governo do Distrito Federal tem fechado os olhos para reconhecer e resolver os problemas que assolam a rede de ensino público, que enfrenta ainda infraestrutura precária e episódios de violência no ambiente escolar.

A senadora Leila Barros tem feito ações para mudar a realidade enfrentada pelos brasilienses. Para facilitar a vida de estudantes e professores das escolas rurais, ela indicou recursos para o programa Caminho das Escolas Rurais, que visa pavimentar as vias que ligam essas localidades afastadas. O cronograma de execução das obras ainda não foi divulgado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

“

As estradas asfaltadas não só proporcionarão um deslocamento mais seguro e eficiente, mas também contribuirão para a redução do tempo de trajeto, permitindo que alunos e professores aproveitem melhor seu tempo em atividades educacionais e pessoais, disse Leila.

”

Prioridade se faz com investimento

Desde que assumiu o mandato, em fevereiro de 2019, Leila destinou R\$ 47,3 milhões para a educação do Distrito Federal. Com esses recursos, a primeira brasiliense a ser eleita senadora apoiou desde a compra de equipamentos de ar-condicionado para escolas públicas até a construção de nove creches. A previsão é de que elas sejam instaladas em sete Regiões Administrativas: Ceilândia e Gama receberão duas cada. As demais serão construídas no Recanto das Emas, em Planaltina, em Santa Maria, em Samambaia e na Vila Telebrasília.

“É uma ação que beneficiará não só as famílias como um todo, mas principalmente as mulheres. Não ter onde deixar seus filhos atrapalha a vida profissional das mães, que na maioria dos casos deixam de trabalhar para cuidar dos pequenos”, explicou Leila. “Priorizar a educação pública não pode ficar só no discurso para ser eleito. Priorizar a educação é fazer investimentos para garantir acesso a creches e escolas, e também para melhorar a educação.



VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Um problema alarmante de segurança está afetando as escolas públicas do Distrito Federal. De acordo com dados divulgados pelo Observatório de Políticas Públicas (Observa DF) da Universidade de Brasília (UnB), mais de 70% das pessoas consideram as escolas inseguras, tanto dentro dos prédios quanto em seus arredores. Os dados fazem parte de uma pesquisa solicitada pela senadora Leila para dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos brasilienses, apresentando dados e informações que servem como base sólida e imparcial para a análise e formulação de políticas públicas.

O estudo também apontou caminhos para enfrentar o problema. Entre as sugestões estão o aumento da presença policial, a promoção da cultura da paz e a ampliação de atividades culturais e esportivas fora do horário escolar. “É crucial que o GDF aproveite os resultados do estudo e adote

medidas efetivas para garantir a sensação de segurança na comunidade escolar”, cobrou Leila.

O Observa DF traz informações relevantes que podem ajudar a promover mudanças positivas na qualidade de vida da população. Os estudos são apoiados com recursos de emendas parlamentares indicadas por Leila. Para mais informações sobre as políticas públicas no Distrito Federal e ter acesso a outros estudos realizados pelo Observa DF.

Para mais informações sobre as políticas públicas no DF e ter acesso a outros estudos realizados pelo ObservaDF, aponte a câmera do seu celular para o QR CODE



ATUAÇÃO LEGISLATIVA

A senadora Leila Barros é uma das mais combativas parlamentares na defesa da educação. Membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Educação e titular da Comissão de Educação do Senado, ela se destacou nos debates da reformulação e ampliação da Lei de Cotas no Brasil. Ela criticou parlamentares que votaram contra a proposta.

“Eu me surpreendo com alguns parlamentares que se acham no direito de julgar o que os negros já passaram nesse país. Gostaria muito de, um dia, ver uma jovem branca e uma jovem negra tendo as mesmas oportunidades. Mas, infelizmente, a desigualdade e a injustiça têm cor e têm gênero”, disse.

Leila também defendeu a aprovação de quatro projetos de lei para fortalecer a educação brasileira e implantar um programa nacional de monitoramento e combate à violência no ambiente escolar. Um desses projetos criou o programa Escola em Tempo Integral. A iniciativa abrirá novas matrículas na educação básica com carga horária estendida.

Além de possuir uma das menores médias mundiais de permanência dos jovens em ambiente escolar, o Brasil registra um aumento de evasão das salas de aula.

Estágios x experiência profissional

Sabe aquela situação frustrante de precisar comprovar experiência profissional para conseguir um emprego e descobrir que os estágios não contam como tempo de serviço? Em breve ela pode deixar de existir. A Comissão de Educação aprovou o relatório da senadora Leila Barros que visa garantir que o período de estágio conte como experiência profissional.

Acompanhe a tramitação desse projeto:



TÁ NA REDE



stefanny_staci

Você é uma inspiração Leila, obrigada por me responder e por todas as dicas. Continuarei acompanhando seu trabalho com muito orgulho e um carinho enorme. Que as mulheres consigam cada vez mais seu espaço na política. Abraços.



leiladovolei

@stefanny_staci Muito obrigada pelo carinho e apoio! É incrível contar com pessoas como você acompanhando meu trabalho. Vamos juntas nessa caminhada por mais espaço para as mulheres na política!



dr.marcus.aviz

De novos políticos comprometidos em ajudar o próximo, principalmente os mais necessitados... Que o Brasil precisa... VC é sim exemplo a ser seguido Senadora @leiladovolei



leiladovolei

@dr.marcus_aviz, Agradeço pelo seu reconhecimento! Estou dedicada a servir ao Distrito Federal com todo o meu empenho. Conto com o seu apoio para construirmos juntos um DF mais justo e próspero para todos!



marisaias

parabéns!! tenho mto orgulho da senhora, e agradeço eternamente por todo trabalho exemplar que tem feito no senado!

leiladovolei

@marisaias Muito obrigada pelo carinho e apoio! ☺ É uma honra poder representar e trabalhar pelo nosso povo



nylifiqueiredo

Sempre um trabalho com muita competência e dedicação!



leiladovolei

@nylifiqueiredo, Agradeço de coração pelo seu apoio e reconhecimento!





VAMOS CONVERSAR?

Faça parte da minha lista de transmissão no Whatsapp e receba todas as informações do nosso mandato em primeira mão.

Só apontar para o
nosso QR code:



Leila Barão